



## ***LEI ORDINÁRIA Nº 2948***

*de 27 de junho de 2024*

**Reordena o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMD, e  
Cria o Fundo Municipal dos Direitos da Mulher, e dá outras  
providências.**

*O PREFEITO DE CORUMBÁ, Estado de Mato Grosso do Sul, faço saber que a  
Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:*

**Art. 1º** O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM, criado pela Lei Municipal nº 1044/1989, é um órgão colegiado de assessoramento, controlador das ações, de caráter permanente, paritário, deliberativo e consultivo em todos os níveis das políticas públicas no âmbito municipal, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, que, dentro das suas condições, dá suporte quanto à estrutura física e funcional do conselho.

## CAPÍTULO II

### DA COMPETÊNCIA

**Art. 2º** O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher tem por finalidade possibilitar a participação popular e propor diretrizes de ação voltadas à promoção dos direitos das mulheres e atuar no controle social de políticas públicas de igualdade de gênero, assim como exercer a orientação normativa e consultiva sobre os direitos das mulheres no município de Corumbá-MS.

**Art. 3º** Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Mulher:

*I - Promover a política global, visando eliminar as discriminações que atingem a mulher, possibilitando sua integração e promoção como cidadã em todos os aspectos da vida econômica, social, política e cultural;*

*II - Avaliar, propor, discutir e participar da formulação e fiscalização de políticas públicas de promoção e proteção dos direitos das mulheres, observada a legislação em vigor, visando à eliminação de preconceitos, a plena inserção na vida socioeconômica, política e cultural do Município de Corumbá-MS;*

*III - Propor adoção de mecanismos e instrumentos que assegurem a participação e o controle popular sobre as políticas públicas para a promoção e garantia dos direitos das mulheres;*

*IV - cooperar com os órgãos governamentais e não-governamentais na elaboração e no acompanhamento de programas que visem a ampliação da participação política pública da mulher, especialmente nas áreas de saúde, educação, cultura, assistência social, trabalho e organização comunitária;*

*V - Acompanhar a concessão de auxílios, subvenções e transferências voluntárias, a entidades particulares e sem fins lucrativos, atuantes no atendimento a mulher, que deverão estar cadastradas junto a esse conselho, para receberem verbas públicas;*

*VI - Elaborar e apresentar anualmente, à Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, relatório circunstanciado de todas as atividades desenvolvidas pelo Conselho no período, dando-lhe ampla divulgação, de forma a prestar contas de suas atividades à sociedade;*

*VII - Analisar e encaminhar aos órgãos competentes as denúncias e reclamações de qualquer pessoa ou entidade por desrespeito aos direitos assegurados às mulheres;*

*VIII - Incentivar e apoiar a realização de eventos, estudos e pesquisas no campo da promoção, proteção e garantia dos direitos das mulheres;*

*IX - Pronunciar-se, emitir pareceres e prestar informações sobre assuntos que digam respeito à promoção e à proteção dos direitos das mulheres;*

*X - Promover canais de diálogo com a sociedade civil;*

*XI - Aprovar, de acordo com critérios estabelecidos em seu Regimento Interno, o cadastramento das entidades de proteção ou de atendimento às mulheres que pretendem integrar o Conselho;*

*XII - Organizar as Conferências Municipais de Políticas Públicas para as Mulheres;*

*XIII - encaminhar e sugerir ao Chefe do Poder Executivo Municipal a elaboração de projetos de lei que visem assegurar os direitos da mulher, assim como a eliminar a legislação de conteúdo discriminatório, com a inclusão de matéria que trate da questão de gênero;*

*XIV - Articular-se com órgãos e entidades públicas e privadas, visando incentivar e aperfeiçoar o relacionamento e intercâmbio sistemático sobre a promoção dos direitos das mulheres;*

*XV - Estimular, apoiar e desenvolver o estudo e debate das condições em que vivem as mulheres na cidade e no campo, propondo políticas públicas a eliminar todas as formas identificáveis de discriminação;*

*XVI - Orientar mulheres, de qualquer faixa etária, vítimas de violência, visando o recebimento de assistência jurídica, psicológica e social, encaminhando-as e acompanhando-as;*

*XVII - Orientar, fiscalizar e avaliar a aplicação dos recursos orçamentários do Fundo Municipal dos Direito da Mulher;*

*XVIII - Deliberar sobre a movimentação de recursos financeiros vinculados ao Fundo Municipal dos Direito da Mulher.*

### *CAPÍTULO III*

### *DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO*

**Art. 4º** O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher será composto por 8 (oito) membros titulares e seus respectivos suplentes, os quais representam paritariamente instituições governamentais e não governamentais sendo:

*I - 04 membros representantes do poder público, indicando pelos seguintes órgãos:*

- a) 01 (um) representante da Secretaria Municipal Assistência Social e Cidadania;*
- b) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;*
- c) 01 (um) representante Municipal de Segurança Pública;*
- d) 01 (um) representante da Procuradoria da Mulher na Câmara de Vereadores.*

*II - 04 (quatro) membros representantes da Sociedade Civil:*

- a) 02 (duas) representantes de Organizações da Sociedade Civil;*
- b) 02 (duas) representantes de entidades que comprovem trabalho e estudo vinculados a mulher.*

*§ 1º As representantes do Poder Público serão indicados pelas respectivas pastas, mediante ofício dirigido ao CMDM.*

*§ 2º- V E T A D O.*

#### **CAPÍTULO IV**

#### **DA NOMEAÇÃO E DO MANDATO**

**Art. 5º** Os membros governamentais e não governamentais e seus respectivos suplentes serão nomeados para o mandato de dois (02) anos, permitida a recondução por um mandato de igual duração.

*§ 1º Os membros e os suplentes do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher não perceberão qualquer tipo de remuneração, sendo o seu exercício considerado relevante serviço público prestado ao Município.*

*§ 2º A nomeação e a posse dos conselheiros serão feitas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, mediante Decreto.*

*§ 3º Para todos os efeitos, os membros do CMDM, após o vencimento dos seus mandatos, integrarão o Conselho com direito a voz e voto até a data em que forem nomeados os novos membros.*

**Art. 6º** O Presidente e o Vice-Presidente do CMDM serão escolhidos, mediante votação, dentre os seus membros, por maioria absoluta, devendo haver, no que tange à presidência e à

*Vice-presidência, uma alternância entre entidades governamentais e não governamentais.*

**Art. 7º** *Perderá o mandato o conselheiro que:*

*I - se desvincular do órgão de origem de sua representação;*

*II - faltar a 03 reuniões consecutivas, ou a 05 intercaladas sem justificativa, que deverá ser apresentada na forma prevista no Regimento Interno;*

*III - apresentar renúncia ao conselho;*

*IV - apresentar procedimento incompatível com a dignidade das funções;*

*V - for condenado por sentença irrecorrível em razão do cometimento de crime ou contravenção penal.*

## **CAPÍTULO V**

### **DA ESTRUTURA DO CONSELHO**

**Art. 8º** *O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher possuirá a seguinte estrutura:*

*I - Plenário;*

*II - Presidência;*

*III - Secretaria Executiva;*

*IV - Comissões Temáticas.*

**Art. 9º** *O plenário reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação do presidente ou da maioria absoluta de seus membros.*

*Parágrafo único. O quórum mínimo para realização de reunião do CMDM será de 50% (cinquenta por cento) mais 01 (um) de seus membros em primeira convocação e com qualquer número, em segunda convocação.*

**Art. 10.** *O órgão gestor da política da assistência social será responsável pela operacionalização e manutenção da secretaria-executiva do CMDM, composta por 01 (um) servidor público para o exercício da função de secretário executivo, com apoio técnico - administrativo do órgão gestor da assistência social, sendo assegurada estrutura mínima adequada para a consecução de seus objetivos.*

**Art. 11.** *A organização, competência e funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher serão disciplinados em Regimento Interno.*

*Parágrafo único. O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher terá o prazo de 60 (sessenta dias), a contar da data de nomeação de comissão específica, para apresentar proposta de regimento interno, que deverá ser aprovado em plenária.*

## **TÍTULO II**

### **FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER**

#### **CAPÍTULO VI**

#### **DA INSTITUIÇÃO**

**Art. 12.** *Fica instituído o Fundo Municipal dos Direitos da Mulher - FMDM, com o objetivo de facilitar a captação, o repasse e a aplicação de recursos destinados ao desenvolvimento das ações de atendimento às mulheres e suas respectivas famílias, mediante deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM.*

**Art. 13.** *O Fundo Municipal dos Direitos da Mulher terá orçamento próprio e será gerido pelo órgão gestor da Política de Assistência Social do Município de Corumbá-MS, no qual está vinculado o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM, sendo de competência deste fixar critérios de utilização e deliberar sobre a aplicação dos recursos em programas, projetos e ações voltados à política de Direitos da Mulher.*

**Art. 14.** *Os recursos do Fundo Municipal dos Direitos das Mulher serão constituídos de:*

*I - dotação consignada anualmente no orçamento do Município para o atendimento à mulher;*

*II - recursos provenientes dos Conselhos Estadual e Nacional da Mulher;*

*III - doações, auxílios, contribuições, subvenções, transferências e legados de entidades nacionais e internacionais, governamentais e não-governamentais;*

*IV - remuneração oriunda de aplicações financeiras;*

*V - receitas oriundas de multas aplicadas sobre a infração que envolva mulher, respeitadas as competências das esferas governamentais e seus repasses aos municípios;*

*VI - receitas provenientes de convênios, acordos e contratos realizados entre município e entidades governamentais e não-governamentais que tenham destinação específica;*

*VII - outros recursos que lhes forem destinados.*

*§ 1º Os recursos que compõem o Fundo serão depositados em conta específica, sob a denominação "Fundo Municipal dos Direitos da Mulher".*

*§ 2º Os recursos de responsabilidade do Município de Corumbá, destinados ao Fundo Municipal dos Direitos da Mulher serão programados de acordo com a Lei Orçamentária do respectivo exercício financeiro, para promover ações de proteção e promoção da pessoa com deficiência, conforme regulamentação desta Lei.*

**Art. 15.** *Os recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher serão aplicados em:*

*I - Financiamento total ou parcial de programas, projetos e serviços voltados para a política dos Direitos das Mulheres, desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania responsável pela execução da Política Municipal das Mulheres ou por entidades do segmento, juridicamente constituídas e em pleno funcionamento no Município de Corumbá, e que estejam devidamente inscritas no Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, para a execução de políticas voltadas para as Mulheres;*

*II - Pagamento pela prestação de serviços a entidades do segmento das Mulheres, legalmente constituídas, de direito público ou privado, que sejam conveniadas com a Secretaria Municipal de Assistência Social e cidadania para execução de programas e projetos específicos dirigidos à Mulher;*

*III - Aquisição de material permanente e de consumo, bem como de outros insumos necessários ao desenvolvimento dos programas e projetos que venham a atender as políticas públicas do Município de Corumbá, voltadas à Mulher;*

*IV - Construção, reforma, ampliação, aquisição ou locação de imóveis para prestação de serviços voltados ao atendimento das Mulheres;*

*V - Aquisição ou locação de veículos a serem utilizados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM, na execução das ações inerentes ao Conselho;*

*VI - Aquisição de passagens e pagamento de diárias para que os Membros do CMDM possam participar de cursos, seminários, congressos e demais eventos relacionados à temática da Mulher;*

*VII - Desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações voltadas para atendimento da Mulher;*

*VIII - Desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos*

*humanos em áreas essenciais que tenham objetivos exclusivos de atenderem às necessidades das Mulheres.*

*Parágrafo único. Fica estipulado o percentual de 10% retido no Fundo Municipal dos Direitos da Mulher, com referência a todos os recursos captados e disponibilizados no referido Fundo, a ser utilizado nas ações desenvolvidas nos programas, projetos e serviços executados pelo Órgão Gestor da Política Municipal da Mulher.*

**Art. 16.** *A Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, prestará contas, a cada três meses, ao Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM), sobre o Fundo Municipal dos Direitos da Mulher e dará vistas e prestará informações quando for solicitado pelo Conselho.*

**Art. 17.** *O Fundo Municipal dos Direitos da Mulher não manterá pessoal técnico-administrativo próprio, que na medida da necessidade será fornecido pelo Poder Executivo Municipal.*

**Art. 18.** *A contabilidade do Fundo será feita por um Contador habilitado, indicado pela Secretaria Municipal de Finanças do Município de Corumbá, e será organizada de forma a permitir o exercício de suas funções de registro, acompanhamento e controle.*

*§ 1º As demonstrações e os relatórios produzidos passarão a integrar a Contabilidade Geral do Município;*

*§ 2º A escrituração contábil deverá se subordinar às normas gerais de contabilidade pública e de direito financeiro, observada a legislação pertinente.*

**Art. 19.** *Compete a (ao) Secretária (o) Municipal de Assistência Social e Cidadania, na qualidade de gestor e ordenador de despesa do Fundo Municipal:*

*I - autorizar expressamente todas as despesas e pagamentos realizados pelo Fundo;*

*II - movimentar a conta bancária do fundo;*

*III - firmar convênios, contrato e congêneres;*

*IV - encaminhar, na época aprazada, demonstrativos e prestações de contas necessários ao acompanhamento e controle do Tribunal de Contas do Estado.*

### **TÍTULO III**

### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**



*Art. 20. O gestor e ordenador de despesa do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher é o titular da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania.*

*Art. 21. As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotação própria, consignada no orçamento vigente, suplementada se necessário.*

*Art. 22. Esta Lei poderá ser regulamentada, no que couber, mediante Decreto.*

*Art. 23. Fica revogada a Lei nº 2.076, de 22 de setembro de 2008.*

*Art. 24. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.*

*27 DE JUNHO DE 2024, CORUMBÁ - MS*

*MARCELO AGUILAR IUNESPREFEITO DE CORUMBÁ*

---

*Lei Ordinária Nº 2948/2024 - 27 de junho de 2024*

*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em*